

Conferência apresentada em mesa redonda por ocasião da reunião do Conselho Diretor da Faculdade de Educação do dia 17 de setembro de 2008.

Poder, controle e relações de trabalho na universidade pública à luz da teoria crítica

Silvia Rosa Silva Zanolla

Os apontamentos que ora apresento ao Conselho desta faculdade decorrem de uma discussão iniciada por ocasião de sua Semana de Planejamento em agosto de 2008. Foram levantadas questões que dizem respeito à dinâmica do trabalho interno face às novas demandas por produtividade no contexto das universidades públicas. Foram destacadas dificuldades quanto ao sentido do trabalho acadêmico diante das contradições advindas da implementação de uma mentalidade cada vez mais pragmática e uma prática cada vez mais abstrata no interior da instituição prática esta justificada pela necessidade de desenvolvimento e expansão do ensino. Uma vez que o problema não se reduz ao *locus* da FE, não devo desvinculá-lo de seus fatores históricos, políticos e econômicos, o que não me impede de “delimitar” o objeto da discussão, mesmo sob o risco de ver desnudados os seus limites.

Isso posto, com base na teoria crítica, passo a tecer considerações elegendo uma questão norteadora: Que tipo de racionalidade se instaura na realidade do mundo acadêmico com respeito à relação entre trabalho cultura, poder, dominação, indivíduo e grupo?

Minha análise partirá de um princípio básico para os pensadores da teoria crítica: a luta contra o processo desumanizador que assola a humanidade perigo este que manifesta uma racionalidade que, embora lógica e administrada, contraditoriamente, produz ações bárbaras e irracionais¹

Para a teoria crítica, a barbárie é orientada em culturas que materializam a dominação e a violência institucionalizadas pelas relações sociais, incluindo as de trabalho; mas não apenas isso, a implementação dessa ordem parte de sujeitos que, independente da filiação política ou teórica idealizam, mitificam a sua prática. Por esse caminho, Adorno e Horkheimer (1985) denunciam o totalitarismo cultural que assola as relações sociais. O totalitarismo se materializa em definições práticas e políticas, no entanto, possui suas raízes em aspectos subjetivos, necessidades humanas, embora os homens não queiram isso admitir. Desmistificar o potencial humano responsável pela

degradação da humanidade faz parte da idéia adorniana denominada segundo giro copernicano, ou volta para o sujeito². A apropriação de autores como Kant e Hegel, não impede à teoria crítica que se questione o extremismo na relação entre materialismo e idealismo, sujeito e objeto. Entre Galileu e Copérnico, não importa se o conhecimento é a medida para a realidade ou se a realidade é a medida para o conhecimento e sim que o fato de o heliocentrismo superar o geocentrismo, não significa ser a ciência isenta de mitificação pelo próprio cientista. Isso exemplifica que, pela autopreservação, o sujeito abre mão da subjetividade consciente frente ao predomínio do conhecimento/objeto “Do objeto se espera coisificação, do sujeito, não”. Isso se refere a qualquer tipo de conhecimento, inclusive aqueles elaborados pelos próprios marxistas que se renderam àquilo que Marx denunciou como determinação social e mitificação da própria práxis (ADORNO, 1995). Ao se tornar autosuficiente, a crítica ao fetichismo, traiu o seu sentido crítico abstraído de suas raízes concretizou a idealização da práxis.

O que parece uma discussão pessimista, etérea, abstrata, idealista possui sentido na institucionalização das relações de trabalho, aqui e agora no nosso cotidiano, de atividades cada vez mais voltadas para realizações imediatistas, tecnicistas, e compulsivamente produtivistas. O cotidiano do trabalho leva a uma mediação entre aspectos culturais de dominação e a racionalidade instituída por sujeitos idealizados adaptados, que voltam-se para a sobrevivência de si ou do seu grupo. Segundo Adorno um dos melhores autores para proceder a essa análise é Weber que, apesar das contradições, identifica no processo de racionalização e na ação humana elementos que convergem a situações de poder e dominação (ZANOLLA, 2007).

Para Weber (1999) é possível definir a ação social a partir de uma ordem administrativa que regula essas ações. Assim, união e instituição são exemplos de ordens racionalmente estatuídas segundo um plano. Obedecem a estruturas legitimadas de poder constituído. Poder e dominação interagem com eficácia.

Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social. Mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Dominação é probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoa, em virtude de atividades treinadas (Weber, 1999, p. 33).

Em Weber o poder resulta de qualquer situação que pode pôr alguém em condições de impor sua vontade numa dada situação. Por isso, o conceito de dominação é mais preciso e significa a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem. A disciplina inclui o treino, a obediência em massa sem crítica nem resistência (p. 33). Especificamente aqui, Weber não se refere à questão da autoridade. A dominação está ligada “à presença efetiva de alguém mandando eficazmente em outros, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo e associativo, mas a um dos dois”. A associação como dominação existe na medida em que seus membros, como tais são submetidos a relações de dominação, em virtude da ordem vigente. Uma associação é sempre, em algum grau associação de dominação, em virtude da existência de um quadro administrativo. Daí por diante Weber passa a denominar os tipos de dominação existentes em uma sociedade racionalizada.

Para Weber, os motivos que levam às relações de dominação são motivos puramente materiais e racionais, mas nem toda dominação se serve de meios econômicos. E ainda muito menos tem fins econômicos (p. 139). Portanto, existe um elemento subjetivo que também define essas relações de poder. O que é fundamental para Weber na constituição subjetiva da dominação é o seu caráter de legitimação de uma dada situação. O subjetivismo weberiano, segundo Adorno (1984, p. 168) por mais que seja nominalista - estime conceitos-, possibilita apreender algo de constitutivo acima da vantagem meramente operacional. O objeto se cristaliza por excesso de definições e determinações, acumulando conceitos operativos, no entanto possibilita pensar a contradição de sua metodologia ideológica, é o que Adorno denomina *gnoseologia weberiana*. Significa que o seu mérito está justamente na sua contradição “precisamente assim acredita-se ser o seu pensamento como um *tertium*, ou seja, por cima da alternativa entre positivismo e idealismo” (ADORNO, 1984, 169).

Razão e poder legitimam racionalmente a prática das relações de trabalho, por isso Weber é tão importante para a teoria crítica. Em que pese o fato de Weber ser criticado por estabelecer a ordem dessa lógica do sistema dominador, sua contribuição está em possibilitar a identificação dessa ordem racional uma vez que sua legitimação concreta define a barbárie institucionalizada. Para Adorno, reconhecer isso é importante porque ajuda na luta contra a mitificação da mediação entre a ação e a instituição (ZANOLLA, 2007). A atividade institucional tem como condição a dominação e o poder. Torna-se isso um referencial contra a ilusão de que a lógica formal, pela

racionalidade administrativa poderá ser superada nos moldes até aqui instituídos. Será muito difícil mudar o estado de coisas, apenas baseando-se na lógica da “administração regulada”. Assim, voltamo-nos para o indivíduo que rege essa lógica.

Entre a instituição e o indivíduo, a razão media o poder em nome do saber. Adorno e Horkheimer (1985) alertam para fato que o saber não deveria se tornar elemento de superioridade. Quando isso acontece, ocorre o triunfo da mentalidade factual e a técnica (como método idealizado) representa a essência desse saber. Bacon capturou bem a mentalidade da ciência: o entendimento que vence a superstição e o mito. No entanto, o poder é saber. Para Adorno, e Horkheimer, “o saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura nem na complacência em face dos senhores do mundo” (p. 20). Poder e conhecimento na nossa sociedade são sinônimos. Conhecimento se confunde com pensamento lógico formal, ou melhor, eficiência técnica e operacional.

Advém daí o inconformismo de Adorno e Horkheimer com qualquer tipo de conhecimento que seja mediado pelo social de maneira idealizada: “Só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir mitos” (p. 20). Com isso, os autores destituem a idealização do próprio sentido da razão inaugurando uma dialética inerente ao próprio raciocínio, uma dialética negativa: a razão possui em si a possibilidade constante de irracionalidade. Pessimismo? Nihilismo? Idealismo? Mentalismo? Busquemos a compreensão nas raízes da teoria crítica.

Ao refletir os rumos tomados pelo mundo do trabalho não se pode negligenciar as análises de Marx acerca dos desdobramentos do sistema capitalista. Uma vez que a realidade aponta para o processo inexorável da dominação material e humana é pertinente considerar a análise marxiana³. Para Marx ter consciência do sentido do trabalho é condição para emergir o sujeito. Na teoria crítica de Adorno, o problema não é o sentido do trabalho para Marx, mas o que alguns marxistas fizeram, na prática da dialética marxista. Adorno (1995a) polemiza a partir da idealização da práxis.

A intenção de efetivação da práxis é fruto de uma elaboração racional e é questionada às últimas conseqüências quando, na prática, constitui ilusão. Conquistas políticas, resultados eficientes e imediatos no âmbito do trabalho, definições institucionais, atividades produtivistas, projetos aprovados, tudo isso pode ser resultante de intenções “*práticas*”. Isso significa aquilo que nem sempre reconhecemos: o ativismo se justifica por uma práxis/prática, objetificada pela mediação com o sistema produtivo via instituição.

Para Adorno (1994, 1995a), ocorre uma positivização do próprio sentido da práxis quando o sujeito (sobretudo aquele que se diz revolucionário, de esquerda) usa-a para defender interesses de projetos pessoais e grupos políticos. Ocorre uma inversão do sentido dialético da práxis ela é fetichizada, idealizada, impossibilitada na realidade porque sua razão é ratificar a realidade a partir da prática. Se já existente não necessária. Por essa lógica, *práxis é dominação* (1995a).

Adorno (1995a) refere aos perigos de idealização da práxis citando os temores do próprio Marx em carta a Kugelmann, prevenindo contra a iminente recaída na barbárie de companheiros da esquerda. Isso remete ao fato que muitos revolucionários relutam em aceitar que entre o projeto político e o despertar dos instintos pulsionais⁴ agressivos existe um tênue limite. Daí as contribuições da Freud quando desmistifica o comportamento idealizado do homem. Mas que sujeito é esse? Adorno (1995a) não se debruça exatamente sobre o indivíduo considerado alienado, identificado como de direita, ou corrompido pelo sistema capitalista, mas justamente o sujeito que se diz consciente, de esquerda, revolucionário, marxista. Para Adorno (1994), os temores de Marx acerca das possibilidades de regressão a barbárie a partir do movimento operário está ultrapassado porque se concretizaram.

Na obra *Capitalismo tardio ou sociedade industrial*, Adorno (1994) refere-se a essa regressão no contexto da relação entre comunismo e fascismo, e de uma maneira muito mais sutil na falsa práxis dos partidos de esquerda que chegam ao poder e dos sindicatos que em nome da mudança, se acomodam ao sistema. A práxis se converte em prática em nome do projeto maior. Estes são alguns motivos pelos quais “as relações de produção se tornaram mais elásticas do que Marx imaginara” (p.63) Adorno cita como exemplo o caso de sindicalistas que desvirtuam o sentido da luta política pela manutenção de gestões e cargos de direção dentro do sindicato.

As conseqüências dessa inversão da práxis se fazem no âmbito da relação estabelecida com qualquer tipo de atividade. O sujeito idealizado é aquele que, movido pela prática, não consegue realizar experiências verdadeiramente transformadoras e humanistas, se apega na racionalidade estabelecida, ao que se apresenta. Isso reflete a dificuldade de discutir idéias na academia. Uma vez que métodos impedem a dúvida, instala-se a aversão à crítica. A própria dialética é positivizada. Prevalece o autoritarismo e o totalitarismo.

Quando a dialética se corrompe em sofística se fixa pragmaticamente no passo mais próximo, ultrapassado pelo conhecimento do seu curso total. (p.215).

Discussões e debates, regidos pela ordem do *centralismo democrático* impedem verdadeiras experiências transformadoras. No meio acadêmico, a possibilidade de debater cede lugar à desqualificação do oponente. A dificuldade de discutir idéias divergentes remete àqueles sujeitos que de maneira automática, segundo Adorno (1995a), exigem discussões desprovidas de objetividade qualitativamente superior para a experiência.

O adversário da discussão torna-se função do respectivo plano: coisificado pela consciência coisificada. *Pretende-se mediante as técnicas da discussão e a força da solidariedade, ou torná-lo útil ou desacreditá-lo diante de seus adeptos*, ou então, os contendores simplesmente discutem na vitrine em busca de uma publicidade da qual são prisioneiros (compensável porque mantém o mito, e assim matem o poder). A pseudo-atividade somente consegue manter-se viva pela incessante propaganda (Adorno, 1995a, p. 7).

O objetivo é convencer ou, desqualificar o oponente. Quando a práxis serve como desculpa para defender táticas e estratégias de manutenção de projetos políticos, a discussão, importante para o crescimento crítico fica a serviço da manipulação. Ao fim e a cabo prevalecem relações autoritárias, destituídas do sentido de autoridade no sentido kantiano; autonomia é a saída da menoridade, ter independência (ADORNO, 1995b). O autoritário só existe na anulação do outro, prefere não falar que deixar o outro falar:

Os indivíduos já não podem mais conversar e sabem disso: por isso fizeram do jogo uma instituição séria, responsável e exigindo a utilização de todas as forças de tal sorte que, por um lado, o diálogo não é mais possível e, por outro, nem por isso é preciso se calar. As coisas não se passam de modo muito diferente numa escala maior. Não é fácil falar com um fascista. Quando o outro toma a palavra, ele reage interrompendo-o com insolência. Ele é inacessível à razão porque só enxerga na capitulação do outro (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 196).

A lógica que atravessa as relações de trabalho resulta de uma ordem política maior, entretanto sua contingência reflete um indivíduo subsumido pelas relações a ele estabelecidas e estabelecidas por ele. Inverte-se tanto o sentido da individualidade quanto do coletivo. Em nome do coletivo se defende interesses de grupos. O sentido da

individualidade se submete à indiferenciação por intermédio da promessa de identidade na adesão a grupos. Promessa essa traída na inversão do sentido do coletivo, uma vez que o grupo não é mais independente do sistema do que o indivíduo. “Os grupos são responsáveis pela reprodução da vida” (ADORNO, 1973, p. 71).

Ainda sobre o grupo, é preciso desmistificar qualquer tipo de prática ou conhecimento em relação ao processo crescente de nivelamento das diferenças. Para Adorno (1973), a apologia ao grupo poderia escamotear contradições dos chamados grupos de trabalho que obedecem a um planejamento desde cima, funcionando como amortecedores entre o coletivo anônimo e o indivíduo. A desmistificação do grupo é necessária para conter os processos indiferenciadores a que se submete o indivíduo ao escamotear as próprias contradições. Ademais, os grupos são instâncias comprometidas pelas mediações das organizações sociais. Não se trata de negar a importância dos grupos, mas de não aderir a eles cegamente, avaliar a própria subjetividade em grupo.

A racionalidade administrada reflete uma subjetividade que, independente de suas intenções, desprovida de autocritica favorece esquemas de dominação Para Adorno e Horkheimer (1985) um fato que prova o quanto a razão pode tornar-se irrazão está na estupidez dos inteligentes Eis uma grande lição: Os inteligentes facilitam as coisas para os bárbaros (a inteligência nazista é exemplo disso). No uso da inteligência a serviço da barbárie a violência encontra abrigo em espaços em que a ilusão é plantada em solo fértil. Segundo Os autores

São os juízos bem informados e perspicazes, os prognósticos baseados na estatística e na experiência, as declarações de “afinal de contas disso eu entendo”, conclusivos determinantes é que são falsos. Os inteligentes apenas definem aquilo que se mostra objetificado, resistência a prosseguir o curso da busca pelo conhecimento (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 195).

O inteligente representa o impedimento do próprio conhecimento. Os inteligentes representam o êxito subjetivo do totalitarismo objetivo. Eles estão a salvo dos erros na medida em que seu poder impede toda a competição. Não por acaso práticas, sistemas, teorias e grupos fechados, podem materializar representações de estruturas totalitárias. Antes de qualquer coisa, indivíduos cuja marca é a superioridade bem informada são aqueles que mais alimentam o preconceito (HORKHEIMER e ADORNO, 1985)

Para Adorno (1993) a racionalidade administrada fundamenta uma maneira sólida a divisão socialmente necessária das funções humanas independentes umas das outras de modo que nenhuma delas consiga mais transformar-se em outra coisa que não seja o esquecimento do ser humano (ex: separar os interesses pessoais de interesses da instituição como se fosse possível uma cisão radical, e isso constitui ideologia).

Embora o sujeito precise esquecer que trabalha, deve ser feliz trabalhando. Ainda que a felicidade seja um mecanismo de defesa contra o *pathos* da realidade, a verdadeira experiência se encontra latente, embora cada vez menos elaborada e mais imediatista. Para Adorno, mesmo as profissões ditas intelectuais alienam-se por completo do prazer, através de sua crescente assimilação aos negócios. Compreender que existe um processo de atomização do sujeito mesmo em seu espaço considerado coletivo abre potencialidades de pensar o quanto o processo de desumanização prevalece entre as esferas mais íntimas da vida do homem.

Desse modo, em ambientes altamente intelectualizados em que habita a consciência se pode prescindir dela. Isso se dirige à esfera íntima das questões relacionadas ao trabalho. O que tem de violento em não conceder uma bolsa CNPq para uma estudante grávida, porque não haverá possibilidade de descontar a licença maternidade, e, adotar critérios gerais de produtividade para alguém que tem câncer, ou sofreu um acidente, configura a mesma incoerência dos inteligentes que definem a impossibilidade de pontuar uma real produtividade porque isso ultrapassa a carga horária definida pela abstração do tempo de trabalho. Exemplo disso são os famosos relatórios de produtividade exigidos dos docentes.

Se eu idealizo a minha prática, minhas pesquisas, o meu grupo, minhas posições, os meus teóricos, minha práxis, existem grandes chances de prevalecer em mim um tanto do sistema totalitário e produtivista que tanto critico, um comportamento pseudoconsciente, que por sua vez leva à pseudoatividade (falta de experiências reais). A pseudoatividade é uma ação que favorece uma racionalidade acrítica, funcionalista, totalitária que não permite a mudança em nome do novo, atualizado, revolucionário. Hoje, o problema maior não é o sujeito ser alienado, - dado que Marx demonstrara com primazia, - o problema é o sujeito reconhecer-se consciente e idealizar a consciência impedindo-a.

A autocrítica, consciência dos limites de atuação, dados pelas contradições da racionalidade em curso poderia reverter essa situação. O grupo, a instituição, a arte, o ensino, a discussão, a reflexão, a pesquisa, a extensão, são desdobramentos do trabalho

e seria patológico prescindir deles. Não obstante, nenhum projeto, por mais bem intencionado que seja escapa a riscos de efetivar a desumanização, nem que seja ao fantasiar que está longe dessa regra. A resistência à autocrítica denuncia a renúncia à realidade em favor da ilusão.

Para Adorno e Horkheimer (1985), enquanto as ideologias constituírem pseudoconsciência a autonomia e a humanização, a luta contra a barbárie encontrará resistência na prática idealizada pela regressão subjetiva, que alimenta a racionalidade administrada disfarçada na falsa autonomia das relações produtivas. Espera-se que tal lógica não seja um processo autosuficiente na universidade, *locus* máximo da racionalidade formal.

Pois, por mais que essa racionalidade esteja assimilada nas instituições, que manifeste seus desdobramentos como o burocratismo, o autoritarismo, o tecnicismo, o impedimento do outro, o preconceito, e as atitudes desumanas, contraditoriamente, a esperança está na exigência daquela energia libidinal para geri-los, que, como diria Adorno “eventualmente poderia efetuar a transformação do verdadeiro sujeito”. Esta, intransigentemente continua latente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Sociologia**. São Paulo, Ática, 1994.
- _____. **Palavras e sinais**. Petrópolis, Vozes, 1995a.
- _____. **Educação e emancipação**. São Paulo, Paz e Terra, 1995b.
- _____. **Mínima Morália**. São Paulo, Ática, 1993.
- _____. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo, Cultrix, 1956.
- FREUD, S. O mal estar na cultura. In: **Obras completas**, Madrid, 1973.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo, Cortês, 1993.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. I, São Paulo, Editora UNB, 2004.
- ZANOLLA, S. R. S. **Teoria crítica e epistemologia. O método como conhecimento preliminar**. Goiânia, Ed., UCG, 2007.

¹ É necessário compreender que estes autores se apropriam não apenas do pensamento de Marx, mas de vários pensadores que se destacaram no percurso que constitui a teoria do conhecimento. Em que pese o valor do pensamento marxista (ao ponto de assumirem uma dívida com Marx), para entender o processo desumanizador, é preciso considerar outros autores como Platão, Kant, Weber, Hegel e Freud, do contrário, a análise poderá se tornar incipiente.

² Adorno (1995a) refere-se à necessidade de denunciar a mitificação do indivíduo a partir da análise da relação sujeito e objeto desde a perspectiva kantiana do sujeito cognocente (que não necessariamente sabe, mas poderá saber). “Do objeto espera-se coisificação, do sujeito, não”. Não que o foco seja específico no sujeito, mas nas contradições a ele inerentes. Adorno se baseia na idéia que nem o materialismo e nem o idealismo dão conta da realidade. Estes extremos denunciam o perigo da idealização da realidade. Em que pese o fato que o materialismo denuncia a dominação capitalista, algo no reino da subjetividade corrobora com isso.

³ A análise marxiana difere do marxismo dogmático por contemplar as contribuições de Marx naquilo que ele mesmo evitou: a aplicação instrumental do método materialista histórico dialético (Netto, 1993).

⁴ Esta definição de instintos pulsionais consta na obra *O mal estar na cultura de Freud* (1973) edição espanhola recomendada pelo próprio autor. Nesta elaboração dos conceitos de pulsão e instinto prevalece a tensão inerente à constituição da libido. A libido não é apenas sexual, é sexualizada, o que possibilita pensar a tensão ou o conflito vida/morte, autopreservação/autodestruição, e, sujeito/objeto. Conflito este importante para a constituição da cultura.